



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e

Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Departamento de Economia (ECO-UnB)

Uma Análise Econômica da Decepção Eleitoral à luz do Teorema do Eleitor Mediano

Leonardo de Sena Sampaio

Orientador: Prof. Dr. Michael Christian Lehmann

2024

Agradecimentos

Gostaria de dedicar algumas palavras de agradecimento às diversas pessoas que me apoiaram durante esses 4 anos e meio de intenso aprendizado e evolução. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família – meus pais, meu irmão e minha avó Luiza – por me motivarem a aprender diariamente, bem como por me proporcionarem o suporte sem o qual seria impossível perseguir meus sonhos.

Ao meu orientador, professor Christian Lehmann, agradeço por me apresentar à área de economia do setor público, que se tornou um dos campos que mais me interessam, e por me orientar não apenas nesse trabalho, mas enquanto profissional e economista em formação. Através dessa orientação, aprendi de fato a forma econômica de se olhar para os problemas de pesquisa e resolvê-los.

Aos professores da graduação, agradeço por me mostrarem o quão fascinante a economia pode ser. Em especial, dedico agradecimentos à professora Adriana Amado, pelos excelentes conselhos acadêmicos, e ao professor Maurício Bugarin, por me introduzir de forma tão entusiasmada e didática a muitos dos temas que hoje pretendo estudar no futuro como acadêmico.

Por fim, mas não menos importantes, agradeço às incríveis amizades que eu construí ao longo desses anos na Universidade de Brasília. Em particular, meus amigos Carlos, Vitor e Eduardo, que me aturaram falando sobre os mais aleatórios temas de economia e me ajudaram a passar por momentos difíceis e trabalhosos com muita alegria. Nada disso seria possível se não fosse pelo excelente ambiente proporcionado pela UnB, instituição à qual devo muito de minha trajetória e da qual guardo as melhores memórias possíveis.

Resumo

Este estudo explora a relação entre abstenção eleitoral e decepção política à luz do Teorema do Eleitor Mediano. Através de um modelo microeconômico, analisa-se como a divergência entre as plataformas políticas e as preferências dos eleitores pode levar à abstenção, especialmente quando os cidadãos se decepcionam com os desvios ideológicos dos partidos. Nesse sentido, a pesquisa examina como diferentes tipos de eleitores, pragmáticos e radicais, respondem a essas divergências e como isso afeta as estratégias dos partidos. O tipo de cada eleitor é tratado como uma variável que depende do desconto que recebe em seu bem-estar pelo desvio ideológico do partido que considera mais próximo de suas preferências por bens públicos. As conclusões indicam que a moderação nas políticas partidárias, conforme previsto pelo teorema do eleitor mediano, pode ser uma estratégia eficaz para captar a maioria dos votos. No entanto, também mostram que a radicalização pode se tornar um equilíbrio viável, dependendo da composição do eleitorado.

Palavras-Chave: Competição Eleitoral, Ideologia, Participação Eleitoral, Teorema do Eleitor Mediano, Preferências de Justiça.

Abstract

This study examines the relationship between electoral abstention and political disappointment in light of the Median Voter Theorem. Through a microeconomic model, it analyzes how the divergence between political platforms and voter preferences can lead to abstention, especially when citizens are disappointed by the ideological shifts of parties. In this context, the research examines how different types of voters, pragmatic and radical, respond to these divergences and how this affects party strategies. Each voter's type is treated as a variable that depends on the discount they receive in their well-being due to the ideological shift of the party they consider closest to their preferences for public goods. The findings indicate that moderation in party policies, as predicted by the Median Voter Theorem, can be an effective strategy for capturing the majority of votes. However, they also show that radicalization can become a viable equilibrium, depending on the composition of the electorate.

Key Words: Electoral competition, Ideology, Voter Turnout, Median Voter Theorem, Fairness Preferences.

*"Lembre-se sempre de estudar o poder como ele é,
e não como você gostaria que fosse."*

Nicolau Maquiavel

Sumário

1	Introdução	1
2	Participação e Competição Eleitoral	3
2.1	As Motivações para o Voto e a Abstenção	4
2.2	Premissas do Modelo de Downs	5
2.3	Divergência de Políticas	7
2.4	A Abordagem do Candidato-Cidadão	9
2.5	Evidências Empíricas	10
3	Um Modelo de Decepção Eleitoral	12
3.1	A Decisão do Agente Econômico	13
3.2	O Problema do Partido	15
3.2.1	Caso 1: Benchmark - Apenas eleitores moderados	16
3.2.2	Caso 2: Existência de eleitores radicais	17
4	Estáticas Comparativas	18
4.1	Diferentes Proporções de Eleitores Radicais	18
4.2	Diferentes Propensões à Decepção	19
4.3	Partidos Extremistas	19
5	Conclusão	20

1 Introdução

Desde o alvorecer das democracias liberais contemporâneas, os agentes políticos desempenham um papel fundamental nesses sistemas: a representação dos interesses dos seus eleitores. Nesse sentido, o comportamento desses indivíduos impacta diretamente todos os aspectos da vida cotidiana dos cidadãos e, conseqüentemente, o seu bem-estar, uma vez que a determinação da provisão de bens públicos gera fortes repercussões nas rendas e no consumo dos eleitores. Embora tais conceitos sejam, em um primeiro momento, intuitivos, as nuances do comportamento político e ideológico presente no Estado são alvo de intenso estudo por variadas correntes econômicas.

É comum o argumento de que o Estado deve apresentar um viés exclusivamente social, de forma que os indivíduos que o compõem abdicuem de interesses individuais a fim de conquistar objetivos coletivos superiores. Em que pese o forte apelo dessas ideias, os governos e a política são constituídos por indivíduos que possuem objetivos pessoais, os quais não necessariamente se alinham de modo integral aos interesses da sociedade. Os eventos políticos ocorridos no Brasil entre 2014 e 2016 ilustram essa problemática, na medida em que a atuação da classe política gerou profundas crises econômicas e uma intensa polarização social.

Um dos pioneiros a analisar esses aspectos positivos da economia política foi o economista Anthony Downs, em seu notório livro *Uma Teoria Econômica da Democracia*. Esse ramo tenciona analisar como a racionalidade política individual determina resultados sociais e agrega preferências eleitorais. Isto é, em conjunto com outros autores pioneiros, como Duncan Black e Kenneth Arrow, Downs buscava analisar como o nível microeconômico impacta a determinação de políticas públicas. Fundamentalmente, essa dinâmica é marcada pela atuação de um “*homo politicus*”¹, um agente econômico racional interessado em maximizar seu próprio bem-estar (Downs, 1957).

A partir desses conceitos e dos trabalhos posteriores a eles, as eleições passam a ser entendidas como competições eleitorais entre alternativas conflitantes, mas com um ponto essencial em comum: a busca dos políticos em potencializar suas chances de vitória. O gasto em campanhas eleitorais exemplifica claramente essa concepção, uma vez que as despesas direcionadas a marketing político e mídias sociais tendem a fortalecer e popularizar a imagem dos candidatos frente ao eleitorado e, conseqüentemente, alavancar suas campanhas. Em 2022, por exemplo, os partidos usaram cerca de 77% das verbas públicas disponíveis no Fundo Eleitoral, de acordo com dados do TSE.

Contudo, a relação entre as promessas de campanha e as ações efetivas após a eleição muitas vezes divergem, criando um espaço para a decepção eleitoral. Tal fenômeno, quando frequente, pode levar ao aumento da abstenção, na medida em que os eleitores perdem a

¹O análogo do *homo oeconomicus* presente na teoria do consumidor

confiança na capacidade dos partidos de representar genuinamente seus interesses. Nesse sentido, a decepção e descrença na representação partidária pode culminar em uma miríade de fenômenos políticos adversos, desde o desengajamento cívico até o surgimento de movimentos populistas que prometem romper com o status quo, reconfigurando o espectro político (Figueira, 2018).

A análise da divergência entre as plataformas políticas e a preferência do eleitor mediano oferece uma perspectiva analítica para compreender tais dinâmicas. Segundo o modelo de Downs, em um ambiente de competição perfeita entre dois partidos, ambos deveriam convergir para as políticas que atraem o eleitor mediano. No entanto, a realidade frequentemente demonstra uma considerável rigidez em relação às bandeiras defendidas pelos candidatos, em parte devido a compromissos ideológicos arraigados ou a estratégias eleitorais que visam mobilizar bases mais extremas em vez de capturar a maioria moderada.

No contexto latino-americano, essa discussão se mostra particularmente importante, dada a ascensão da descrença e de movimentos radicais em diversos países. Segundo pesquisa conduzida em múltiplas nações pelo Latino Barómetro em 2023, apenas 48% dos entrevistados apoiam a democracia como regime político, uma diminuição de 15 pontos percentuais em relação a 2010. No contexto do Brasil, um outro fenômeno também chama a atenção: o consistente crescimento da abstenção nas eleições presidenciais desde 2006.

Este artigo explora a relação entre tais problemáticas através das suposições básicas do modelo de competição eleitoral formulado por Downs (1957). Na seção 2, realiza-se uma revisão da literatura dedicada à compreensão da evolução do estudo da competição eleitoral e do paradoxo da não votação. Com base nesse referencial teórico, o estudo aborda, inicialmente, os determinantes que influenciam a decisão do eleitor de votar ou se abster. Além disso, examina-se como tais comportamentos dos eleitores afetam as estratégias dos partidos em relação às políticas anunciadas durante o pleito. Assim, o trabalho busca integrar a literatura sobre escolha social, que oferece uma descrição robusta da competição eleitoral, com estudos sobre preferências de justiça, que elucidam as motivações individuais para a participação eleitoral.

A partir dessa finalidade, a seção 3 apresenta como o eleitor decide se vota ou não dados os seus benefícios e seus custos. Na perspectiva dos benefícios, considera sua percepção de justiça e integridade em relação ao processo eleitoral, enquanto sob o prisma dos custos avalia os sacrifícios operacionais que incorre no ato de votar, bem como a decepção em relação à postura ideológica dos partidos. Os resultados sugerem que a heterogeneidade de percepções de justiça e decepção podem ocasionar o surgimento de diferentes tipos de eleitor na sociedade.

Em seguida, demonstra-se como tais tipos de eleitores, ao comporem as bases de cada partido que compete durante a eleição, são capazes de gerar equilíbrio distintos do modelo de competição espacial postulado por Downs. As conclusões do modelo demonstram que

tais desvios dependem da realização de variáveis estocásticas e de parâmetros estruturais da sociedade, como a sensibilidade a desvios em relação às bandeiras originais de cada partido. Por conseguinte, os achados apontam que o triunfo nas eleições depende fundamentalmente da composição das bases eleitorais das siglas.

2 Participação e Competição Eleitoral

O estudo das eleições remonta ao trabalho do marquês de Condorcet no século XVIII, cujo nome ficou marcado na literatura pela expressão “vencedor de Condorcet”. No âmbito da política, essa caracterização, de acordo com Persson e Tabellini (2002), é atribuída a alternativas que, quando votadas em conjunto com quaisquer outras opções, são preferidas socialmente. A noção de preferência social e política, entretanto, apresentava acentuadas fragilidades até os trabalhos seminais de Duncan Black (1948) e Kenneth Arrow (1963).

No âmbito de eleições e do debate público, à revelia do que ocorre frequentemente na teoria do consumidor racional, os agentes políticos possuem um ponto de saciedade bem definido. Isto é, de acordo com Black (1948), é comum que as preferências dos eleitores apresentem “pico único”, refletindo sua predileção por uma política específica. Sob tais circunstâncias, de acordo com o trabalho seminal, a alternativa que representaria o vencedor de Condorcet seria a que maximizaria o bem-estar do eleitor mediano ².

A agregação perfeita dessas preferências, contudo, não seria possível em nenhuma regra eleitoral, de acordo com Arrow (1963). Dessa forma, o Teorema da Impossibilidade, como ficou conhecido na literatura, implica que os resultados eleitorais podem não refletir plenamente as preferências da maioria ou ainda podem ser influenciados por fatores irrelevantes. A robustez teórica para esse argumento é potencializada pelo modelo de competição eleitoral de Downs, o qual afirma que o equilíbrio de Nash político é satisfazer as preferências do eleitor mediano (DOWNS, 1957).

Embora a agregação das preferências eleitorais seja explicada por modelos de competição eleitoral, uma vasta literatura paralela destina-se ao estudo dos microfundamentos desse processo. Isto é, sob um prisma econômico, as motivações que baseiam a decisão racional do eleitor de participar ou não de um pleito através de seu voto são objeto de intenso estudo nas ciências econômicas e políticas. De acordo com Feddersen (2004), diversas correntes surgiram com o intuito de aplicar o pensamento econômico a essa decisão.

²De acordo com Barberà e Moreno (2011), um resultado similar é encontrado quando as preferências satisfazem a propriedade de single-crossing teorizada por Gans e Smart (1996)

2.1 As Motivações para o Voto e a Abstenção

No âmbito do modelo de Downs (1957), a análise do voto dos indivíduos é comumente orientada para sua função como instrumento de representação e accountability nos sistemas políticos do que para a sua motivação racional de existência. Nesse sentido, por se fundamentar na concepção de que os eleitores depositam seu voto nos candidatos que apresentam maior proximidade com suas preferências, Downs argumenta que a decisão é marcada pela ponderação de um “diferencial partidário” (Downs, 1957, cap.3). Todavia, essa posição não explica integralmente as motivações racionais que levam um indivíduo a operacionalmente participar de uma eleição, tendo em vista que esse ato é dispendioso, por conta de fatores como o transporte até o local de votação e a abdicação do lazer em favor da votação.

Com a finalidade de esclarecer essa ponderação entre custos e benefícios do processo de votar per se, surge uma vasta literatura focada em uma abordagem de teoria da decisão (Feddersen, 2004). De acordo com Riker e Ordershook (1968), o benefício do ato de votar consistiria, sobretudo, no retorno esperado de que essa ação fosse decisiva para os resultados eleitorais. Isto é, os autores constroem um modelo no qual um indivíduo i pondera a seguinte desigualdade no seu ato de votação:

$$p_i B > C_F \tag{1}$$

O termo p_i , nesse contexto, representaria a probabilidade do voto do cidadão ser crucial na determinação dos resultados de uma eleição, o que consistiria na valoração atribuída pelo indivíduo ao seu voto. Essa abordagem também foi explorada por Downs (1957) e Fiorina e Ferejohn (1975), e consiste na ideia de que a decisão de votar ou abster se baseia em uma estimativa realizada pelo eleitor de como será a participação da sociedade como um todo. Assim, caso conjecture que os demais eleitores não estão propensos a votar, isso significaria que o seu voto individualmente valeria mais, incentivando-o a participar do pleito. Em particular, Fiorina e Ferejohn (1975) modelam um cenário em que os eleitores tentam minimizar o arrependimento que teriam se não votassem e seu voto fosse decisivo.

Em que pese o amplo uso dessa abordagem, em eleições nacionais e estaduais, é notória que a probabilidade individual de cada voto ser pivotal é desprezível, como mostra Myerson (2000), que modela o problema como uma distribuição de Poisson. Nesse sentido, existe um paradoxo representado pela desigualdade oposta à existente na expressão (1). Caso a ponderação racional dos indivíduos fosse marcada apenas pela expectativa de que seu voto seja decisivo, o equilíbrio resultante seria quase que invariavelmente uma abstenção completa por parte dos eleitores.

Alternativamente, de acordo com Feddersen (2004), novos modelos surgiram com a finalidade de demonstrar a importância das considerações normativas e coletivas para a

participação eleitoral. No trabalho de Lin e Ali (2013), 2 tipos de eleitores são modelados, o eleitor ético, cujo voto é motivado por um dever cívico associado a um desejo de contribuir para o bem-estar da sociedade, e outro pragmático, cuja decisão de participar do pleito é baseada na pressão social à qual a sociedade o submete. Em Sandroni e Feddersen (2006), também se assume que a motivação crucial para a participação em eleições é o dever cívico, representado por agentes econômicos que perseguem a maximização do bem-estar social através do voto.

Em consonância com esses resultados, Blais e Young (1999) realizaram um experimento em universidades canadenses, no qual expõem o grupo de tratamento a uma palestra sobre a abordagem tradicional econômica do paradoxo da não votação. Os resultados indicam que a participação do grupo de controle na simulação de eleição foi superior, sendo os indivíduos motivados fundamentalmente por considerações normativas, consubstanciadas pelos autores na noção de ‘dever cívico’. Outros fatores, como pressão social e probabilidade do voto ser pivotal, apresentaram importância consideravelmente inferior.

Tais resultados sugerem que os eleitores podem possuir preferências de justiça (*fairness preferences*) em sua utilidade. Nesse tipo de contexto, conforme demonstram Cox et al (2007), o estado emocional dos indivíduos é capaz de determinar a taxa marginal de substituição entre o seu *payoff* e o dos outros, influenciando assim suas escolhas econômicas. No que concerne ao comportamento eleitoral dos indivíduos e em concordância com essa proposição, Zeelenberg et al (2023) evidenciam, através de uma análise longitudinal de dados das eleições britânicas, que particularmente a sensação de decepção tende a gerar uma redução da participação em eleições.

2.2 Premissas do Modelo de Downs

O modelo de competição eleitoral teorizado por Anthony Downs (1957) realiza uma agregação das preferências individuais, representadas pelo voto, através da modelagem de uma situação eleitoral envolvendo dois partidos ideologicamente opostos. Neste contexto, o modelo enfoca mais como os indivíduos votam e as consequências desse voto do que propriamente na motivação per se para a participação eleitoral. Assim, a participação eleitoral é geralmente considerada como um dado, e os eleitores apenas se abstêm se a diferença entre a utilidade que um partido atualmente proporciona e a utilidade esperada dos partidos em disputa for igual a zero.

Em termos de dinâmica estratégica entre os agentes, o modelo pode ser compreendido como um jogo estático, na medida em que ambos os partidos anunciam simultaneamente suas plataformas políticas com a finalidade precípua de vencer as eleições. Isto é, a formulação pressupõe que os políticos são puramente *office-seeking*³ e oportunistas, de modo que ajustam suas propostas com a finalidade única de triunfar no pleito. Após o

³Terminologia utilizada pela literatura, ver Persson e Tabellini (2002, p.11)

desfecho da eleição, o modelo de Downs assume também que as políticas propostas no período anterior serão implementadas pelo vencedor (Downs, 1957).

Um pressuposto básico do modelo é que candidatos cujas propostas determinam um nível de provisão de bens públicos mais próximo de determinado cidadão obterão seu voto. Dado que o eleitor mediano representa exatamente o centro do espectro político, obter seu apoio significa ganhar mais da metade dos votos existentes na sociedade e, conseqüentemente, triunfar nas eleições. Portanto, no modelo básico de Downs, o equilíbrio apresenta invariavelmente relativa moderação ideológica e política, sendo os fundamentos dessa conclusão provenientes do trabalho seminal de Hotelling (1929) sobre competição espacial.

Embora tais resultados mostrem-se consideravelmente intuitivos, eles baseiam-se em uma série de pressupostos decisivos para a obtenção da solução supracitada (Hinich, 1977). Dentre tais pontos, destaca-se o tipo de votação e, em particular, o tipo de eleitor que o modelo de Downs utiliza como ferramenta. A competição espacial ocorre, dessa forma, em um contexto no qual não há assimetria informacional entre os políticos e os cidadãos, e estes votam de maneira sincera e estratégica, buscando selecionar o candidato cuja plataforma mais se aproxima do seu ponto ótimo de provisão de bens públicos. Os cidadãos participam integralmente do pleito (sem abstenções) e apresentam preferências de pico único, um pressuposto crucial para atestar a racionalidade e a autonomia ideológica desses indivíduos (Coughlin, 2011).

Ademais, a formulação adota importantes hipóteses a respeito do comportamento dos políticos, cuja candidatura é dada como exógena a priori. Nesse âmbito, 2 candidatos concorrem propondo apenas uma política, que é percebida pelos eleitores dentro de uma escala unidimensional, na qual suas próprias preferências também se alocam. Como agentes racionais, os políticos são capazes de antecipar as reações dos eleitores às políticas propostas, bem como a de seus oponentes, de forma a escolher a estratégia que maximize seu *payoff* frente a ambas.

Com base nesses fundamentos, o trabalho de Holcombe (1989) realiza um apanhado de modelos que investigaram a dinâmica da competição espacial, com enfoque na problemática da convergência para o eleitor mediano. Holcombe enfatiza que, tal como a demanda agregada de um mercado de competição perfeita é representado pela soma das demandas individuais, a demanda por bens públicos, quando agregada através de um sistema de maioria simples, resulta na demanda preferida pelo eleitor mediano. Desse modo, não seria possível generalizar tal resultado para a oferta de bens públicos, nem, conseqüentemente, afirmar que o produto do setor público resultaria no produto preferido por esse tipo de eleitor.

Entretanto, a previsão de convergência de plataformas e políticas públicas atrelada pela literatura ao modelo de Downs é severamente questionada em trabalhos seminais,

como Hinich (1977), colocando em dúvida também a conclusão de moderação política. Segundo o autor, o equilíbrio encontrado pelo modelo corresponde a um produto de suas premissas básicas, sem as quais a solução não se sustenta. Nesse sentido, existe uma vasta literatura composta por trabalhos que buscam relaxar esses fundamentos a fim de compreender equilíbrios parciais particulares e representativos. Diante disso, Holcombe (1989) argumenta que, do mesmo modo que o modelo de competição perfeita serve como um ponto de partida para compreender situações mercadológicas mais avançadas e específicas, o modelo do eleitor mediano cumpre a mesma tarefa no contexto da literatura da escolha pública.

2.3 Divergência de Políticas

O modelo básico de competição eleitoral assume que, em uma eleição, a escolha de um indivíduo é determinada por suas preferências em relação ao conjunto de alternativas propostas pelos candidatos. Essa hipótese é denominada como voto determinístico e caracteriza-se por não especificar condicionantes específicas que influenciam a decisão do eleitor. Nesse sentido, o modelo de competição espacial downsiano determina que o único fator que afeta a propensão de um indivíduo i a optar por determinada alternativa k é a distância entre a política g proposta por esta e o ponto ótimo desse cidadão (Coughlin, 2011, p.23).

$$Pr(g_K|g^i) = \begin{cases} 1, & \text{se } |g_K - g^i| < |g_{-K} - g^i| \\ \frac{1}{2}, & \text{se } |g_K - g^i| = |g_{-K} - g^i| \\ 0, & \text{se } |g_K - g^i| > |g_{-K} - g^i| \end{cases} \quad (2)$$

O artigo de McKelvey (1975) demonstra que existe um equilíbrio em estratégias puras em que ambos os candidatos convergem para uma mesma política, fortalecendo a hipótese da convergência de plataformas verificada no modelo de Downs. Todavia, a literatura demonstra que esse resultado pode sofrer consideráveis alterações caso nem todos os eleitores votem homogeneamente. Isto é, caso, por exemplo, existam eleitores que votem de maneira determinística e outra parcela de maneira probabilística (Coughlin, 1984).

Nesse contexto, o voto probabilístico, formulado por Lindbeck e Weibull (1987), consiste em um modo distinto e mais dinâmico de compreender a decisão de voto dos indivíduos e, em especial, quais variáveis são relevantes nesse processo. De acordo com essa modelagem, os eleitores não atribuem uma probabilidade fixa de votar em um determinado candidato, mas sim uma probabilidade variável baseada em suas preferências e na diferença de utilidade que as propostas lhe geram. Desse modo, o voto probabilístico permite que os eleitores ponderem as diferentes opções de voto com uma certa probabilidade, a qual

reflete a incerteza dos eleitores em relação às posições e características dos candidatos, bem como às estratégias dos outros eleitores.

Tais hipóteses provocam implicações relevantes para a análise da competição eleitoral, na medida em que se assume que a antecipação racional do comportamento dos eleitores pelos políticos passa a ser mais complexa, sendo influenciada por outros condicionantes diferentes da política proposta no pleito. Segundo Persson e Tabellini (2002), um importante condicionante do comportamento eleitoral é o componente ideológico presente na eleição, que reflete características *ex ante* dos cidadãos e dos candidatos. Nesse sentido, essas preferências estão distribuídas na sociedade, com uma média desconhecida pelos candidatos quando do anúncio de suas plataformas (Persson e Tabellini, 2002, p.64).

A importância do compromisso com a ideologia fundacional dos partidos dentro de um contexto eleitoral é analisada por Alesina (1988) através de um modelo de otimização. O autor relaxa a hipótese de exigibilidade de promessa e conclui que é possível que políticos apresentem, conjuntamente, plataformas distintas do eleitor mediano e ainda assim obtenham a vitória. Na sua concepção, existem duas forças que determinam a política a ser proposta pelo partido, uma centrípeta que a aproxima do eleitor mediano e outra centrífuga, representada pela ideologia, que o distancia do eleitor mediano. De acordo com Alesina, o candidato que conseguir se aproximar mais do eleitor mediano vencerá as eleições, mas implementará sua política preferida, resultado que é previsto pelo eleitorado.

Além do aspecto ideológico, outras variáveis foram analisadas com a finalidade de compreender sua relação *ceteris paribus* com o resultado de competições eleitorais. No trabalho de Baron (1994), o modelo apresenta resultados interessantes para a compreensão de como grupos de interesse especiais e o financiamento de campanha afetam a convergência de políticas em um contexto em que os eleitores apresentam diferentes níveis de informação. Uma conclusão fundamental do artigo é que, se a proporção de eleitores desinformados ⁴ é muito grande, os partidos ficam à mercê da contribuição de grupos de interesse para captar esses eleitores, de forma que, dependendo das preferências dos grupos de interesse que influenciam cada candidato, o pleito pode ser marcado por polarização.

Com base nisso, o trabalho de Baron (1994) evidencia a possibilidade de que o tipo do eleitorado seja capaz de determinar os resultados do pleito por meio de estratégias de cada partido. Nessa mesma linha, Bugarin e Portugal (2021) realizam um estudo para analisar como os partidos podem se beneficiar de eleitores dormente nesses contextos. A hipótese central é de que, na sociedade brasileira, existem eleitores inativos e ativos em termos de participação em eleições. Nesse contexto, os autores encontram 2 equilíbrios possíveis: em um deles, ambos os partidos utilizam as mídias tradicionais como ferramenta

⁴Os eleitores desinformados, no trabalho de Baron (1994), são considerados cidadãos que não acompanham ativamente a política e desconhecem, por exemplo, as principais bandeiras dos candidatos.

de campanha, enquanto na outra solução, um dos partidos lança mão das mídias sociais como estratégia eleitoral. O último cenário demonstra um caso em que o partido busca incentivar a participação de eleitores inativos para potencializar suas chances de vitória.

Nessa perspectiva, os eleitores mais radicais podem ser importantes na determinação das plataformas eleitorais anunciadas, inclusive através das mídias sociais. De acordo com o artigo recente de Grossman e Helpman (2023), que utiliza um modelo de voto probabilístico onde os candidatos podem influenciar a percepção dos eleitores sobre a atratividade do rival político por meio de notícias falsas, os autores identificam a possibilidade tanto de convergência quanto de divergência das plataformas. No último caso, o estudo aponta que eleitores desinformados, alinhados a um partido específico, têm maior probabilidade de acessar informações de fontes parciais que coincidem com os interesses desse partido. Essa dinâmica partidária pode resultar em uma estratégia onde os partidos, estrategicamente, engajam suas audiências com notícias falsas, o que pode acarretar divergências nas posições políticas e polarização.

Os trabalhos supramencionados, ao apresentarem resultados pautados pela divergência de plataformas políticas e, conseqüentemente, pelos desvios à conclusão do teorema do eleitor mediano, fomentam uma reflexão a respeito dos principais determinantes do radicalismo em contexto eleitoral. Além dos aspectos ideológicos envolvidos nesse processo, como os cenários em que os partidos não são puramente *office-seeking*, a heterogeneidade de participação eleitoral também se mostra relevante na determinação final de quais plataformas serão anunciadas durante o pleito.

2.4 A Abordagem do Candidato-Cidadão

Em meados da década de 1990, o estudo da competição eleitoral evoluiu significativamente com os trabalhos de Besley e Coate (1997) e Osborne e Slivinski (1996). A principal contribuição desses trabalhos reside na conclusão de que, quando se endogeneiza o número de candidatos em um pleito, múltiplos equilíbrios emergem nos quais as plataformas anunciadas e implementadas posteriormente são distintas das preferidas pelo eleitor mediano. Tais descobertas basearam-se na ideia de que os cidadãos podem participar do pleito como candidatos, mediante uma ponderação do custo de entrada em relação aos benefícios exógenos⁵ e endógenos de ocupar a posição.

Além da análise de custo e benefício, o enfoque do trabalho de Osborne e Slivinski (1996) consiste em analisar o número de candidatos como variável condicionada aos sistemas eleitorais possíveis, quais sejam: o critério de maioria simples e a regra de 2 turnos⁶

⁵Também denominados de *ego rents*

⁶regra de maioria simples prevê que, entre duas alternativas, a mais votada ganha a eleição (Feldman e Serrano, 2010). No sistema de 2 turnos, ocorre uma primeira etapa em que os candidatos concorrem e os mais votados são selecionados para um segundo turno, cujo vencedor é a alternativa que receber mais votos.

(*majority voting* e *runoff system*). Com base em fundamentos estudados por Duverger (1959), o modelo sugere que em eleições com apenas 2 candidatos, sistemas de 2 turnos tendem a resultar em uma menor dispersão das posições ideológicas dos participantes em comparação com sistemas de maioria simples. Isso ocorre devido à hipótese de que candidatos extremados correm o risco de não alcançar um número suficiente de eleitores para disputar o segundo turno, o que os incentiva a adotar posições mais moderadas.

Por outro lado, sob a regra da maioria simples, eleições com mais de dois candidatos podem resultar em uma dispersão mais ampla das posições dos candidatos de acordo com o modelo. A ocorrência desse fenômeno deriva do fato de que candidatos mais extremos podem vencer mesmo com uma parcela menor dos votos, levando a uma maior variedade de posições políticas possíveis. De acordo com Usher (2005), esses resultados diferenciam-se do artigo de Besley e Coate pelas diferentes hipóteses a respeito da competição espacial e da dimensão política na qual ela ocorre. Nesse sentido, a formulação de Osborne e Slivinski restringe o conjunto de opções políticas a uma escala esquerda-direita, na qual todas as políticas podem ser identificadas como pontos em uma reta, bem como adota a suposição de preferências de pico único. Em contrapartida, Besley e Coate modelam um conjunto potencialmente ilimitado de opções políticas, assumindo uma abordagem multidimensional (Usher, 2005).

No que tange à importância da ideologia, observa-se que o modelo do candidato-cidadão permite uma variedade maior de resultados em que os candidatos apresentam plataformas pouco moderadas. Tal fato ocorre devido à hipótese de que alguns entrantes podem apresentar preferências fixas a respeito do nível de provisão de bens públicos na sociedade e de que existem cenários em que candidatos mais extremos podem influenciar decisivamente a eleição, seja em benefício próprio ou em favor de outros. Nesse sentido, diversos trabalhos incorporam a importância dessas preferências ‘cidadãs’ do candidato assumindo que os partidos podem ser ideológicos e não apenas *office-seeking*, de forma que sua utilidade consiste em uma parte voltada à probabilidade de vitória associada a um peso importante na ideologia programática.

2.5 Evidências Empíricas

O campo dedicado à investigação do respaldo empírico dos resultados das teorias da competição eleitoral é vasto e remonta a trabalhos realizados pioneiramente na década de 1970. As contribuições dessa literatura, em geral, buscam analisar se as políticas públicas propostas por agentes ideologicamente distintos apresentam algum tipo de convergência ou diferenças estatisticamente significantes. Nesse sentido, um método largamente utilizado na literatura empírica é estimar a demanda do eleitor de renda mediana em contextos eleitorais ou em referendos e comparar com os seus resultados finais (Holcombe, 1980).

Em seu artigo destinado à análise da importância do eleitor mediano na determinação

de resultados relacionados a regras de votação, Brunner e Ross (2010) criticam essa abordagem. Segundo os autores, a análise de municípios específicos pode conter um viés oriundo da distribuição da renda e da heterogeneidade de preferências presentes neles. Para controlar essa possibilidade, os autores aplicam uma abordagem de primeiras diferenças para analisar dados sobre dois referendos ocorridos na Califórnia com o objetivo de alterar o percentual de votos necessário para passar mudanças referentes a financiamento educacional. Os autores concluem que o eleitor decisivo não corresponde ao de renda mediana. De acordo com o artigo, os cidadãos pertencentes ao 40° percentil de renda que apresentaram maior impacto sobre os resultados da votação, em um fenômeno que alcunharam “*ends against the middle*”⁷.

A hipótese de que o eleitor mediano pode não ser decisivo na determinação de políticas públicas também é atestada no trabalho de Pettersson-Lindbom (2008), favorecendo a suposição dos modelos de candidato-cidadão. O artigo realiza uma análise de regressão descontínua aplicada sobre dados de painel de governos regionais suecos, na qual a descontinuidade é representada pela parcela de votos de 50%, que garante a vitória do partido na eleição. Através da comparação das observações nos limites superiores e inferiores da descontinuidade, o artigo demonstra que partidos implementam políticas diferentes, de modo que governos posicionados à esquerda tendiam a tributar entre 2 a 3% mais que sua contraparte ideológica.

Em que pese a existência de artigos empíricos que respaldem a divergência de agendas políticas, diversas contribuições favorecem a noção da moderação ideológica como o equilíbrio resultante da competição espacial. Em particular, a contribuição de Lotfinia e Kenny (2005) utiliza indicadores de distância e posicionamento ideológico a fim de investigar o impacto desse aspecto nas indicações presidenciais dos partidos americanos Democrata e Conservador entre os anos de 1952 e 2000. Com base nisso, os autores estimam scores que representariam a preferência do eleitor mediano durante esse período e os regridem em relação à parcela de votos recebida pelo candidato vencedor. O artigo conclui que o coeficiente da distância em relação à posição do eleitor mediano é negativo na regressão e que, no geral, os indicados que apresentam maior moderação tendem a vencer a eleição.

Embora a literatura dedicada à investigação empírica dos modelos citados na seção anterior seja vasta, não é possível identificar um sólido consenso a respeito dos resultados (Scervini, 2012). Um dos principais motivos para isso consiste na dificuldade de elicitación e na escassez de dados capazes de descrever as preferências dos indivíduos em relação à provisão de bens públicos. Portanto, empiricamente, as previsões teóricas da competição eleitoral e do teorema do eleitor mediano apresentam resultados difusos a depender do

⁷Processo através do qual, sob determinadas circunstâncias, eleitores presentes em percentis superiores de renda poderiam se unir a eleitores presentes em percentis inferiores contra os interesses dos medianos (Brunner e Ross; 2010)

contexto e dos dados analisados.

3 Um Modelo de Decepção Eleitoral

Este capítulo explora, por meio de um modelo teórico, dois aspectos cruciais de uma eleição: a decisão do eleitor de votar ou não e a escolha das políticas que os partidos anunciarão. Para esse fim, a dinâmica inclui um momento inicial no qual os partidos estabelecem suas ideologias fundacionais, que são incorporadas em seus estatutos e ajudam os eleitores a identificar se a sigla está mais alinhada à esquerda ou à direita; e um período eleitoral, durante o qual os partidos definem suas agendas para a eleição e os eleitores decidem sobre sua participação. A hipótese central sugere que os partidos possuem informação completa sobre as decisões dos eleitores, permitindo-lhes entender como a definição de suas plataformas influenciará a proporção de eleitores radicais e moderados.

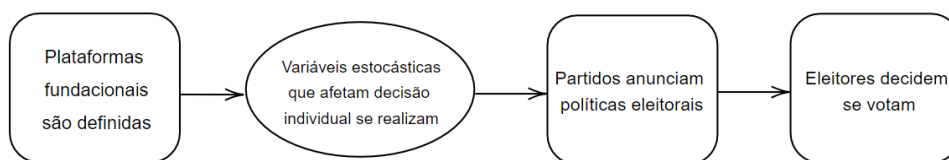


Figura 1: Etapas do modelo

Do ponto de vista individual, o modelo segue a fundamentação básica da literatura de que os eleitores decidem se votam ou não por meio de uma ponderação entre benefícios e custos. No entanto, existem 2 distinções fundamentais que serão modeladas por parâmetros estocásticos: do lado do benefício, o cidadão pode apresentar *fairness preferences* e receber uma renda exógena apenas por votar, similarmente ao que se encontra na literatura de *warm glow*. Sob a perspectiva dos custos, os eleitores podem pesar ou não os desvios de seu partido preferido em relação à bandeira definida anteriormente, abrindo a possibilidade de decepção como determinante da abstenção. Isto é, podemos categorizar os eleitores em 2 tipos: moderados (fiéis ao partido mesmo com desvios) e radicais (passíveis de sofrer decepção pelo desvio das bandeiras do partido).

Assim, o foco deste capítulo reside na determinação das proporções de cada tipo de eleitor na sociedade, bem como no seu impacto em relação ao processo eleitoral. Nesse sentido, a seção 3.1 buscará esclarecer quais os tipos de eleitor e sua distribuição na sociedade, enquanto a seção seguinte tenciona demonstrar a influência que a diferença dessas proporções apresenta na determinação das políticas anunciadas na competição eleitoral.

3.1 A Decisão do Agente Econômico

Como mencionado anteriormente, a decisão do eleitor de participar de uma eleição envolve uma avaliação racional de benefícios e custos. No entanto, essa análise não se limita apenas aos aspectos pragmáticos, como custos fixos; ela também incorpora as preferências políticas e ideológicas de cada indivíduo. Neste contexto, uma premissa essencial é que os eleitores votam de forma sincera, ou seja, eles conseguem identificar claramente as plataformas dos partidos e optam por aquela que mais se alinha à sua visão sobre a provisão de bens públicos, conforme delineado na expressão (2), baseada em Coughlin (2011).

À luz desses conceitos, podemos considerar que o comportamento do eleitor é caracterizado pela influência de *fairness preferences* e por considerações de natureza ética dos indivíduos. Isto é, as preferências do cidadão podem ser impactadas pelo julgamento ético dos *payoffs* e do processo iterativo que os gerou. Tais preferências serão genericamente representadas por uma variável aleatória exógena ρ com distribuição uniforme no intervalo $[0,2]$, de modo que, quanto maior for a realização dessa variável, mais justos e institucionalmente íntegros o cidadão considera os processos eleitorais. Antagonicamente, quanto mais próximo do zero, menor sua confiança na capacidade do pleito em gerar resultados que ele considera justos para a sociedade.

Dentro desse contexto, é importante destacar que a emergência de preferências de justiça na população representa atualmente uma agenda ainda intensa de estudos sem um consenso definido entre economistas e sociólogos. No entanto, pode-se imaginar que a emergência desse tipo de parâmetro pode ter raízes cooperativas, quais sejam: a intenção de selecionar equilíbrios mais eficientes nos problemas de coordenação social e barganha (Binmore, 2005). Com base nessa hipótese, ρ pode ser compreendida com um resultado de sucessivos outros processos eleitorais passados que geraram retornos insatisfatórios ou foram conduzidos de maneira percebida como inadequada, mas que não serão analisados no modelo.

Tal pressuposto está em linha com trabalhos no campo de *fairness preferences* que argumentam que as preferências dos eleitores não se concentram apenas nos *payoffs finais*, mas podem se refletir em outros aspectos da interação entre indivíduos, como a percepção ética do processo econômico (Sandbu, 2008). Dessa maneira, a distribuição da variável ρ representa as condições sociais e institucionais ex ante, de forma a influenciar a existência de radicalismo ou não na população.

Ademais, a literatura sugere que a desilusão dos eleitores em relação à política pode gerar uma dormência, a qual, usada como ferramenta política, é capaz de retroalimentar a existência de extremismo numa eleição (Bugarin e Portugal, 2021). Embora as causas dessa dormência permaneçam incertas, Persson e Tabellini (2002, cap.4) sugerem que o desvio de partidos de suas plataformas políticas originais pode servir como um custo

do ponto de vista partidário . Com base nessa concepção, no nível individual, podemos considerar a existência de uma função de decepção eleitoral $d(\cdot)$, estritamente crescente no módulo da diferença entre a plataforma fundacional de um partido, \bar{g}_K , e a plataforma anunciada durante a eleição, g_K , sendo $K = A, B$ um dos partidos. Dessa maneira, a decepção eleitoral é analisada como uma função de natureza integralmente ideológica.

Outrossim, a partir da concepção de quem nem todos os eleitores votam de maneira integralmente ideológica, é possível observar tipos diferentes de indivíduos com sensibilidade ao desvio da plataforma de seu partido originalmente favorito. Assim, seja um eleitorado de massa 1, que sofre um choque idiossincrático o qual determina a sensibilidade dos indivíduos ao comportamento oportunista dos partidos tal que pode ser 1 ou 0 (com probabilidade q e $1-q$ respectivamente), podemos considerar que a decepção eleitoral pode impactar a participação e abstenção dos eleitores de maneira racional. Trata-se, por conseguinte, de uma ponderação de benefícios e custos de se envolver ativamente no pleito, de modo que um eleitor cuja preferência se encontra mais próxima do partido K votará se a seguinte condição for satisfeita:

$$\rho > C_F + \alpha d(|g_K - \bar{g}_K|) \quad (3)$$

$$\alpha = \begin{cases} 1, & \text{com probabilidade } q \\ 0, & \text{com probabilidade } 1 - q. \end{cases} \quad (4)$$

À direita da desigualdade, estão representados os custos, compostos pelos custos fixos operacionais de se votar, C_F , e a decepção eleitoral originada dos desvios de política por parte dos partidos. A decepção eleitoral só influencia a decisão do indivíduo se $\alpha = 1$, em cujo caso a função de decepção é considerada convexa e crescente na magnitude do desvio da plataforma eleitoral em relação a uma determinada bandeira inicial do partido, que será descrita na seção seguinte. A função depende também de um parâmetro a , o qual que corresponde à sensibilidade desse eleitor ao desvio e , conseqüentemente, uma propensão marginal à decepção conforme demonstrado abaixo:

$$d(|g_K - \bar{g}_K|) = a(g_K - \bar{g}_K)^2, \quad 0 < a < 1 \quad (5)$$

Com base nisso, a probabilidade de um eleitor votar consiste na probabilidade de a condição (3) ser satisfeita, o que depende significativamente do tipo do eleitor ser radical ou moderado. Como ρ é distribuído uniformemente na sociedade, essas probabilidades são representadas pela figura abaixo:

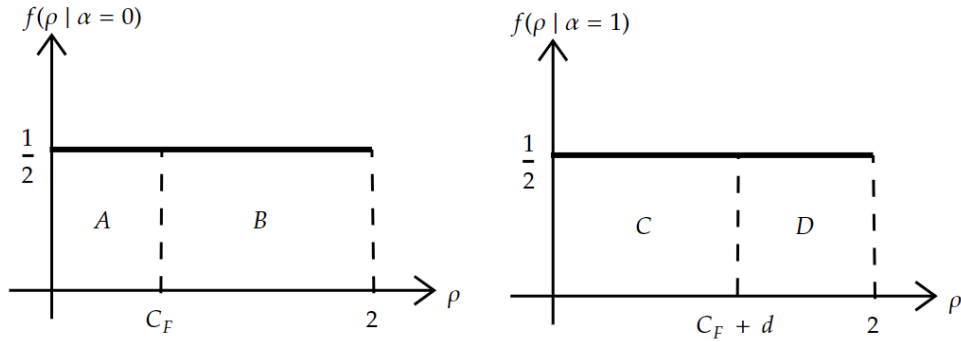


Figura 2: Distribuição de Tipos

A figura acima ilustra a dinâmica dos eleitores na sociedade, de acordo com seus respectivos tipos. Nesse sentido, o gráfico à esquerda demonstra que a única variável necessária para balancear a renda exógena oriunda da existência de *fairness preferences* é representada pelos custos fixos. Dessa forma, a área A representa os eleitores moderados que não votam por ser um processo excessivamente dispendioso, enquanto a B ilustra os eleitores moderados para os quais a desigualdade (3) é satisfeita. A figura demonstra, portanto, que, se a participação for excessivamente onerosa para o indivíduo, como nos casos em que o local de votação é muito distante do domicílio do eleitor e o transporte apresenta um custo elevado, existe um grande incentivo para a abstenção, resultando no aumento da área A.

Além disso, o gráfico à direita elucidada como a decepção, que afeta os eleitores radicais, influencia a participação eleitoral. Quanto maior a decepção associada ao desvio das plataformas originais dos partidos, menor será a área D e, conseqüentemente, mais relutantes estarão os eleitores radicais em participar do pleito, pois não confiarão na capacidade dos partidos de produzir resultados justos para a sociedade. Simultaneamente, quanto maior a sensibilidade a essa decepção, representada pelo parâmetro a , menor ainda será a área D, já que esse valor intensifica a decepção dos eleitores em relação aos partidos, favorecendo a abstenção eleitoral.

Em suma, a participação eleitoral pode ser compreendida a partir da proporção de cada tipo de eleitor no pleito, enquanto o nível de competição eleitoral será determinado pela reação racional dos partidos em relação à ação do eleitorado. Cada partido é capaz de visualizar essas proporções e tomar sua decisão a partir disso, conforme a seção seguinte se dedica a expor.

3.2 O Problema do Partido

Sejam 2 partidos, um mais à esquerda (A) e outro mais à direita (B), em uma competição espacial eleitoral aos moldes do modelo de Downs, assume-se que ambos buscam estritamente potencializar a probabilidade de vencer as eleições atuais, no período

t, comportamento denominado comumente na literatura como oportunista. Em um período t-1, anterior à eleição, ambos os partidos determinam, em seu programa, uma plataforma fundacional, $\bar{g}_A = 1, \bar{g}_B = 0$, a qual prometem seguir em eleições futuras ⁸. Assim, a base de eleitores de um partido K consiste nos cidadãos cuja preferência por provisão de bens públicos está mais próxima desse parâmetro. Naturalmente, o eleitor mediano representa o indivíduo que recebe a mesma utilidade advinda das plataformas fundacionais de cada partido, de modo que, ambos os candidatos apresentam um incentivo para se deslocar rumo ao centro a fim de capturar o voto desse indivíduo, cuja preferência é normalizada para $g^m = 0,5$, de modo a considerar uma distribuição simétrica das preferências dos eleitores.

Com a introdução de diferentes tipos de eleitores, podemos considerar que os resultados se dividem em 2 casos principais. O primeiro, trata de um cenário em que não existem eleitores com propensão à decepção e dormência ($q = 0$), enquanto no outro, esse eleitores existem, se dividem em 2 classes sociais e impactam a plataforma anunciada pelos partidos.

3.2.1 Caso 1: Benchmark - Apenas eleitores moderados

Nesse caso, os eleitores são considerados menos reativos aos aspectos ideológicos e mais pragmáticos, de forma a preferir estritamente que o partido do qual suas preferências mais se aproximam triunfe nas eleições. Isto é, nesse caso o desvio da plataforma eleitoral não é um custo para os partidos, pois os eleitores não se decepcionam com movimentos partidários diferentes daqueles definidos em seu programa. Com base nisso, assume-se que a utilidade do eleitor mediano seja maximizada em um determinado ponto ⁹ g^m , tal que:

$$U^m(g_K) = -b(g_K - g^m)^2 \quad (6)$$

Trata-se de uma função estritamente côncava e que assume o seu valor máximo no ponto em que $g_K = g^m$. Um valor maior de b significa que a utilidade do eleitor mediano é mais sensível a desvios da plataforma ideal g^m . Isso implica que pequenas mudanças na plataforma anunciada pelo partido em relação à preferência mediana geram grandes perdas de utilidade para esse tipo de eleitor.

$$\max_{g_A} W^m(g_A) \quad (7)$$

Como não existem eleitores radicais, o problema do partido é clássico e se resume

⁸Nesse caso, $g=1$ representa um nível muito alto de provisão de bens públicos e $g=0$, um nível muito baixo e, portanto, mais à direita do espectro político. Essa normalização segue a metodologia usada por Alesina (1988)

⁹Supõe-se que esse ponto surge a partir da inversa da derivada da função que determina a valoração de cada indivíduo por bens públicos na sociedade, conforme exposto por Persson e Tabellini (2002, cap.3). Com base nessa formulação, o nível de provisão ótima para cada cidadão é decrescente na renda.

a seguir o teorema do eleitor mediano. Portanto do problema acima, surge o resultado tradicional de convergência de plataformas: $g_A = g_B = g^m$

3.2.2 Caso 2: Existência de eleitores radicais

Nesse cenário, o problema do partido torna-se, então, maximizar o benefício líquido de se locomover para o centro $W_K(g_K)$, de forma que a função de decepção que sua base apresenta passa a impactar negativamente nessa função objetivo. Intuitivamente, isso consiste na ideia de que o teorema do eleitor mediano representa os benefícios oriundos da moderação, mas a decepção dos eleitores radicais associada a essa moderação pode impactar como um custo expressivo para o partido. No que tange ao eleitorado, assume-se que a sociedade é formada por um continuum de indivíduos de massa 1, separados em 2 classes sociais $J = P, R$ (pobres e ricos), de modo que α^P representa a proporção de cidadãos pobres e α^R a proporção total de cidadãos ricos.

A introdução dessas classes requer uma sutil extensão da dinâmica proposta na seção 3.1, com a suposição de que o processo descrito anteriormente para a determinação dos tipos de eleitores ocorre da mesma forma, mas para ambas as classes simultaneamente. Nesse sentido, existe uma probabilidade q_R de um eleitor rico ser radical e, analogamente, uma probabilidade q_P de um eleitor pobre ser radical. Assim, pode-se afirmar que a proporção de eleitores radicais em uma dada classe J é dado por α_1^J , enquanto a proporção de eleitores moderados nessa classe é dada por α_2^J , de forma que:

$$\alpha_1^J = q_R \alpha^J, \alpha_2^J = q_P \alpha^J \quad (8)$$

$$\sum \alpha_i^J = 1 \Rightarrow J = \{P, R\}; i = \{1, 2\} \quad (9)$$

Conforme proposto por Persson e Tabellini (2002), considera-se que os mais pobres possuem preferências por políticas públicas mais próximas da bandeira original do partido A (\bar{g}_A), enquanto os mais ricos apresentam preferências por uma menor provisão de bens públicos, conforme a plataforma fundacional do partido B propõe. Trata-se de uma hipótese que pode ser analisada para outros contextos além de classes de renda, desde que cada segmento seja mais próximo de um partido antes da eleição. Como cada classe, nesse contexto, é composta pelos 2 tipos de eleitores supramencionados, a proporção de radicais na base de um partido K impacta em como ele determina sua plataforma.

Além disso, o poder da decepção oriundo do eleitorado afeta negativamente a função-objetivo dos partidos, pois, à medida que um partido se distancia de sua bandeira original, os eleitores radicais pertencentes à sua base se absterem. Em contraposição, deslocar-se para o centro durante a competição eleitoral pode render às siglas os benefícios previstos pelo teorema do eleitor mediano. Portanto, a decisão das políticas defendidas durante o

pleito resulta da maximização da expressão abaixo, a qual pondera os custos e benefícios supracitados:

$$\max_{g_A} W_A(g_A) = -b(g_A - g^m)^2 - \alpha_1^P a(g_A - \bar{g}_A)^2 \quad (10)$$

$$\max_{g_B} W_B(g_B) = -b(g_B - g^m)^2 - \alpha_1^R a(g_B - \bar{g}_B)^2 \quad (11)$$

As condições de primeira ordem para esse problema geram o seguinte resultado, o qual pondera os parâmetros a e b :

$$g_A^* = \frac{bg^m + \alpha_1^P a \bar{g}_A}{b + \alpha_1^P a}, g_B^* = \frac{bg^m + \alpha_1^R a \bar{g}_B}{b + \alpha_1^R a} \quad (12)$$

Tal resultado sugere que a plataforma ótima a ser escolhida pelo partido deve considerar tanto a influência do eleitor mediano quanto a dos eleitores radicais na eleição. Os parâmetros a e b representam, dessa maneira, forças relativas de cada um desses tipos de eleitores, de modo que o componente a pode ser interpretado como a propensão marginal à abstenção motivada por decepção por parte dos eleitores mais radicais que compõem a base do partido. Portanto, o resultado g_A consiste em uma solução dinâmica, que depende de parâmetros que podem variar de acordo com as condições iniciais às quais a eleição se submete.

4 Estáticas Comparativas

As formulações expressas em (12) permitem uma análise de benefício e custo para os partidos, em que o benefício de transitar para o centro é dado pela utilidade do eleitor mediano, enquanto o custo desse processo pelo componente $\alpha_1^J a(g_K - \bar{g}_K)^2$. A definição da plataforma de cada partido ocorrerá, conforme prevê a teoria econômica, em um ponto no qual o benefício marginal se iguala ao custo marginal, não restando oportunidades de comportamento estratégico que melhorem sua posição.

Em um cenário simétrico, os dois partidos possuem os mesmo parâmetros $a, b, \alpha_1^P = \alpha_1^R$. Isso significa que as plataformas ótimas são exatamente as mesmas e equidistante da preferência mediana, resultando em uma convergência de políticas. A eleição é decidida, então, exclusivamente pelo eleitor mediano e cada partido tem, *ceteris paribus*, uma probabilidade $\frac{1}{2}$ de vencer a eleição. Entretanto, caso esses parâmetros se alterem, as plataformas mudam e, conseqüentemente, o resultado da eleição também.

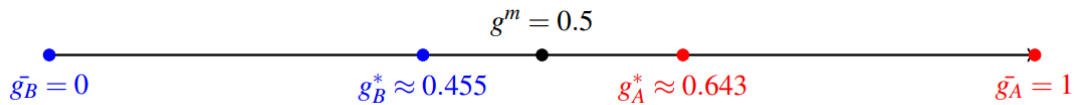
4.1 Diferentes Proporções de Eleitores Radicais

As bases eleitorais dos partidos podem também apresentar diferentes proporções quanto aos tipos dos seus eleitores. Esse fator é crucial para a determinação da elasticidade

do partido, de modo que o discurso de cada candidato é afetado consideravelmente pelo radicalismo de sua base. Um exemplo numérico permite a visualização dessa dinâmica, supondo os seguintes parâmetros como verdadeiros:

$$b = 1, a = 0,5, \alpha_1^P = 0,8, \alpha_1^R = 0,2 \Rightarrow g_B^* = 0,455, g_A^* = 0,643$$

O resultado demonstra que o partido B tem uma elasticidade maior e consegue se deslocar de forma mais consistente para o centro, aproximando-se do eleitor mediano para vencer o pleito:

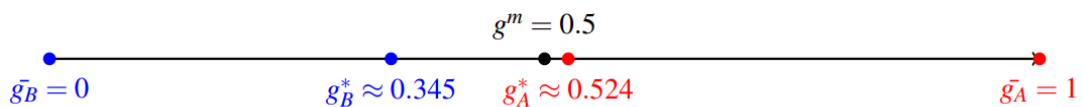


4.2 Diferentes Propensões à Decepção

Além da quantidade de eleitores radicais em cada classe, um aspecto fundamental é a sua propensão a se decepcionar e, conseqüentemente, tornar-se inativo em disputas futuras. Conforme supramencionado, esse comportamento é prejudicial ao partido em eleições futuras, pois tende a reduzir sua base de apoio e, por conseguinte, suas perspectivas de vitória. Com base nessa concepção, assume-se a possibilidade que o partido mais inclinado à direita possua um eleitorado muito reativo a quaisquer desvios ideológicos em relação ao programa defendido como bandeira pelo candidato. Para ilustrar esse cenário, supõe-se a existência dos seguintes parâmetros:

$$b = 1, a^R = 0.9, a^P = 0,1, \alpha_1^P = 0.5, \alpha_1^R = 0,5 \Rightarrow g_B^* = 0,345, g_A^* = 0,524$$

O resultado abaixo está em conformidade com a noção de que o radicalismo da base de cada partido funciona como uma força centrífuga em relação a plataformas moderadas:

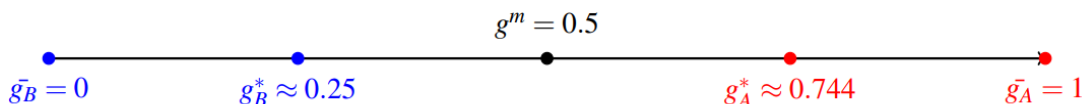


4.3 Partidos Extremistas

Caso um partido seja extremista em ambos os sentidos, tanto na quantidade de eleitores passíveis de decepção quanto na magnitude dessa decepção em relação a desvios da plataforma fundacional, então para garantir a existência de uma base de eleitores em eleições futuras, o candidato não será capaz de alterar seu discurso de forma significativa.

Nesse sentido, caso a eleição seja disputada entre 2 partidos, a vitória é obtida pelo candidato que for capaz de se moderar marginalmente mais. Portanto, para exemplificar esse cenário, assume-se os seguintes parâmetros:

$$b = 1, a^R = 1, a^P = 0,95, \alpha_1^P = 1, \alpha_1^R = 1 \Rightarrow g_{B^*} = 0,25, g_{A^*} = 0,74$$



No exemplo acima, a distância do partido B para o eleitor mediano é de 0,25, enquanto a do partido A é 0,24. Essa pequena diferença sugere também que esse tipo de cenário pode fomentar a emergência de polarização e, por conseguinte, de eleições mais acirradas. Desse modo, o partido capaz de moderar levemente esse discurso, possui maior liberdade para realizar alianças eleitorais relevantes com outros políticos e captar mais eleitores ao centro, inclusive o mediano.

5 Conclusão

Este trabalho buscou demonstrar o impacto da decepção ideológica na formulação de políticas e no radicalismo de uma eleição. O elemento central que explica essa relação é a existência de preferências por justiça entre os eleitores que, quando comparadas aos custos de votação, podem influenciar significativamente a participação individual no pleito. Desse modo, a heterogeneidade de tipos de eleitores é capaz de determinar diferentes dinâmicas de votação, inclusive cenários de polarização completa.

Destaca-se, contudo, que apesar da possibilidade de ambos os partidos apresentarem plataformas radicais durante a eleição, as previsões do modelo do eleitor mediano permanecem verdadeiras. Isto é, o candidato que for capaz de se moderar marginalmente mais do que o outro vencerá o pleito, enquanto o seu adversário pode não ser capaz de se moderar devido à limitações impostas por sua base. No contexto político atual de diversos países, é possível observar arbitrariamente casos em que políticos são punidos pelos seus eleitores, via redes sociais, por exemplo, quando suavizam seu discurso. Tratam-se de casos em que a proporção de eleitores radicais é elevada, de forma que qualquer sinal de moderação pode representar um alinhamento a comportamentos que são fortemente repudiados pelo eleitorado, por estarem associados a resultados injustos ou corruptos na sociedade ¹⁰.

¹⁰Ou, conforme se fala em alguns casos, associados ao “*establishment*”, conceito que pode ser repudiado por uma parcela substancial de eleitores em alguns países.

O modelo, portanto, destaca a importância da avaliação que os eleitores realizam em termos éticos da postura e das políticas dos candidatos durante a eleição. Nesse sentido, a radicalização pode ser considerada uma ferramenta estratégica para evitar a abstenção de eleitores importantes e, conseqüentemente, fomentar a probabilidade de vitória na perspectiva dos partidos. É importante destacar que a dinâmica elaborada apresenta um enfoque no período eleitoral, de forma a não intuir sobre as políticas efetivamente implementadas em períodos pós-eleitorais.

Com base nisso, algumas extensões fora do escopo deste trabalho podem gerar conclusões adicionais em relação ao impacto da decepção eleitoral no radicalismo político. Nessa perspectiva, destaca-se a possibilidade da inclusão do período pós-eleitoral com eleitores dotados de expectativas racionais e candidatos-cidadãos, o que pode ter repercussões consideravelmente diferentes na decisão de votação por parte dos indivíduos. Além disso, o relaxamento da hipótese de informação completa por parte dos partidos pode abrir também a possibilidade para resultados eleitorais distintos, na medida que a assimetria informacional pode gerar estratégias *second-best* para os partidos.

Referências

- ALESINA, Alberto. Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. **The American Economic Review**, v. 78, n. 4, p. 796–805, 1988.
- ALI, S. Nageeb; LIN, Charles. Why people vote: Ethical motives and social incentives. **American economic Journal: microeconomics**, v. 5, n. 2, p. 73–98, 2013.
- ARROW, Kenneth J. **Social choice and individual values**. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1963.
- BARBERÀ, Salvador; MORENO, Bernardo. Top monotonicity: A common root for single peakedness, single crossing and the median voter result. **Games and Economic Behavior**, v. 73, n. 2, p. 345–359, 2011.
- BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. An economic model of representative democracy. **The quarterly journal of economics**, v. 112, n. 1, p. 85–114, 1997.
- BINMORE, Ken. **Natural justice**. [S.l.]: Oxford university press, 2005.
- BLACK, Duncan. On the rationale of group decision-making. **Journal of political economy**, v. 56, n. 1, p. 23–34, 1948.
- BLAIS, André; YOUNG, Robert. Why do people vote? An experiment in rationality. **Public Choice**, v. 99, n. 1, p. 39–55, 1999.
- BRUNNER, Eric J.; ROSS, Stephen L. Is the median voter decisive? Evidence from referenda voting patterns. **Journal of Public Economics**, v. 94, n. 11-12, p. 898–910, 2010.
- BUGARIN, Mauricio; PORTUGAL, Adriana. Dormant voters, social media, and strategic radicalism—Preliminary results. In: ANAIS do Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados. [S.l.: s.n.], 2021. P. 191–204.
- CONDORCET, M. **Essai sur l’application de l’analyse a la probabilité des décisions rendues a la pluralité de voix**. [S.l.]: Paris, 1785.
- COUGHLIN, Peter. Unidimensional median voter results in probabilistic voting models. **Economics Letters**, v. 14, n. 1, p. 9–15, 1984.
- COUGHLIN, Peter J. Probabilistic and spatial models of voting. In: HANDBOOK of Social Choice and Welfare. [S.l.]: Elsevier, 2011. P. 833–896.
- COX, James C.; FRIEDMAN, Daniel; GJERSTAD, Steven. A tractable model of reciprocity and fairness. **Games and Economic Behavior**, v. 59, n. 1, p. 17–45, 2007.
- DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. [S.l.]: Harper e Row, 1957. v. 28.

- DUVERGER, Maurice. **Political parties: Their organization and activity in the modern state.** [S.l.]: Methuen & Co. Ltd., 1959.
- FEDDERSEN, Timothy; SANDRONI, Alvaro. A theory of participation in elections. **American Economic Review**, v. 96, n. 4, p. 1271–1282, 2006.
- FEDDERSEN, Timothy J. Rational choice theory and the paradox of not voting. **Journal of Economic perspectives**, v. 18, n. 1, p. 99–112, 2004.
- FELDMAN, Allan M.; SERRANO, Roberto. **Welfare economics and social choice theory.** 2. ed. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2010.
- FEREJOHN, John A.; FIORINA, Morris P. The paradox of not voting: A decision theoretic analysis. **American political science review**, v. 68, n. 2, p. 525–536, 1974.
- FIGUEIRA, Filipa. Why the current Peak in Populism in the US and Europe? Populism as a Deviation in the Median Voter Theorem. **European Journal of Government and Economics (EJGE)**, v. 7, n. 2, p. 154–170, 2018.
- GANS, Joshua S.; SMART, Michael. Majority voting with single-crossing preferences. **Journal of public Economics**, v. 59, n. 2, p. 219–237, 1996.
- GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. Electoral competition with fake news. **European Journal of Political Economy**, v. 77, p. 102315, 2023.
- HINICH, Melvin J. Equilibrium in spatial voting: The median voter result is an artifact. **Journal of Economic Theory**, v. 16, n. 2, p. 208–219, 1977.
- HOLCOMBE, Randall G. An empirical test of the median voter model. **Economic Inquiry**, v. 18, n. 2, p. 260–274, 1980.
- KENNY, Lawrence W.; LOTFINIA, Babak. Evidence on the importance of spatial voting models in presidential nominations and elections. **Public Choice**, v. 123, n. 3-4, p. 439–462, 2005.
- LINDBECK, Assar; WEIBULL, Jörgen W. Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition. **Public choice**, p. 273–297, 1987.
- MCKELVEY, R. Policy related voting and electoral equilibria. **Econometrica**, v. 43, p. 815–844, 1975.
- MYERSON, Roger B. Large poisson games. **Journal of Economic Theory**, v. 94, n. 1, p. 7–45, 2000.
- OSBORNE, Martin J.; SLIVINSKI, Al. A model of political competition with citizen-candidates. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 111, n. 1, p. 65–96, 1996.
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **Political economics: explaining economic policy.** [S.l.]: MIT press, 2002.

PETTERSSON-LIDBOM, Per. Do parties matter for economic outcomes? A regression-discontinuity approach. **Journal of the European Economic Association**, v. 6, n. 5, p. 1037–1056, 2008.

SCERVINI, Francesco. Empirics of the median voter: democracy, redistribution and the role of the middle class. **The Journal of Economic Inequality**, v. 10, p. 529–550, 2012.

TUNÇ, Mehmet Necip; BRANDT, Mark J.; ZEELENBERG, Marcel. Not every dissatisfaction is the same: The impact of electoral regret, disappointment, and anger on subsequent electoral behavior. **Emotion**, v. 23, n. 2, p. 554, 2023.

USHER, Dan. Assessing the citizen–candidate model. **Public Choice**, v. 125, n. 1-2, p. 43–65, 2005.